



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

A C Ó R D ã O
7ª Turma
CMB/ns1

RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. DEFICIÊNCIA DE APARELHAMENTO DO APELO ANTE OS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 896 DA CLT. Ante a natureza extraordinária do recurso de revista, tem-se por inviável o seu conhecimento quando não atendidos os pressupostos de admissibilidade expressamente exigidos no artigo 896 da CLT. Na hipótese, o apelo encontra-se amparado em suposto dissenso pretoriano, a ser demonstrado por um único julgado, o qual, entretanto, desatende ao comando da Sumula nº 337 do TST, porquanto ausente indicação da fonte oficial de sua publicação. Logo, o aresto desserve ao cotejo de teses. Recurso de revista não conhecido.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EX-EMPREGADOR EM RELAÇÃO AOS DEPENDENTES DO TRABALHADOR FALECIDO. INJUSTIFICADA RETENÇÃO DA CTPS. ATO ILÍCITO. DANO MORAL IN RE IPSA. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Consoante se depreende do disposto nos artigos 29 e 53 da CLT, a anotação da CTPS e, por conseguinte, sua devolução no prazo legal compreende obrigação do empregador, razão pela qual sua retenção por tempo superior ao estabelecido em lei configura ato ilícito. **Em se tratando de documento público obrigatório, destinado à comprovação de direito não só do trabalhador, mas também de seus dependentes, a exigência prevista em lei quanto à observância do limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas de sua retenção enseja reparação, cuja legitimidade para requerer não se restringe à esfera personalíssima do empregado, mas também abrange, em caso**



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

de seu falecimento, seus legítimos herdeiros e sucessores. Com efeito, constitui direito do obreiro, em vida, e também de seus familiares, na hipótese de óbito daquele, não apenas a anotação escoreta da relação de emprego pelo ex-empregador, mas igualmente sua devolução no prazo legal, como prerrogativa de legítima utilização de documento público para os fins a que se destina, dentre esses, a comprovação do rompimento do vínculo empregatício e da renda para obtenção de créditos também dirigidos a seus dependentes, inclusive aqueles de natureza previdenciária, ou relativos a resgates de FGTS. No caso, o quadro fático que se extrai dos autos revela que a CTPS do empregado falecido foi retida pelo réu por prazo bem superior ao previsto em lei, visto que, não obstante o óbito ocorrido em 18/05/2011, o documento ainda não havia sido entregue aos seus legítimos herdeiros ao tempo em que ajuizada a presente ação, e, mesmo à data em que proferida a sentença, publicada em 06/11/2014, ainda não havia sido cumprida a antecipação de tutela, que determinou sua restituição. Nesses termos, independentemente da comprovação de prejuízo de cunho material à parte autora, a natureza ilícita da conduta adotada pelo reclamado enseja a correspondente reparação. Nesses termos, deve ser reformado o acórdão regional que indeferiu a referida indenização. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA PELOS HERDEIROS DO EMPREGADO FALECIDO. DIREITO SUBJETIVO PRÓPRIO. Por meio da Resolução nº 174/2011 do TST, foi acrescentado o item III à Súmula nº 219 desta Corte, segundo o qual são devidos os honorários advocatícios nas causas



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego. Na presente hipótese, a ação foi proposta pela viúva e filhos do empregado falecido, com vista a obtenção de créditos trabalhistas devidos ao *de cujus*, assim como em defesa de direito pessoal, dentre esses o pedido de indenização por danos morais. Nessa condição, não há como exigir da parte autora da ação o preenchimento dos requisitos da Lei nº 5.584/70. Os honorários são devidos pela mera sucumbência. Precedentes da SBDI-I desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº **TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046**, em que é Recorrente **DULCELÉIA APARECIDA STINGHEN IORK** e Recorrido **COMÉRCIO DE CASAS PRÉ-FABRICADAS JARAGUÁ LTDA. - ME (REPRESENTANDO NA PESSOA DO SÓCIO LUIS CARLOS SAVI MONDO)**.

Em face do acórdão regional, às fls. 512/522, a parte autora interpõe o presente recurso de revista, às fls. 526/534.

Contrarrazões ausentes.

O Ministério Público do Trabalho manifestou-se pelo parcial conhecimento e provimento do apelo, às fls. 566/570.

É o relatório.

V O T O

Apelo submetido à Lei nº 13.015/2014 e ao CPC 1973, exceto quanto às normas procedimentais, que serão aquelas do Diploma atual (Lei nº 13.105/2015), por terem aplicação imediata, inclusive aos processos em curso (artigo 1046).



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, passo à análise dos pressupostos recursais intrínsecos.

INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL - DEFICIÊNCIA DE APARELHAMENTO DO APELO

CONHECIMENTO

Ante a natureza extraordinária do recurso de revista, tem-se por inviável o seu conhecimento quando não atendidos os pressupostos de admissibilidade expressamente exigidos no artigo 896 da CLT.

Na hipótese, a análise da insurgência formulada pela parte autora em relação à **declaração de inépcia parcial da inicial** não se viabiliza, por deficiência de aparelhamento do apelo.

Com efeito, no particular, o recurso de revista encontra-se amparado apenas em suposto dissenso pretoriano, a ser demonstrado por um único julgado, transcrito à fl. 529.

Todavia, referido aresto desserve ao cotejo de teses, na medida em que não há indicação da fonte oficial de sua publicação, pressuposto formal exigido à caracterização de válida divergência jurisprudencial, nos termos da Súmula nº 337 do TST.

Igualmente ausente qualquer indicação de dispositivo legal ou constitucional que se entendesse por violado ou de contrariedade à Súmula ou Orientação Jurisprudencial desta Corte.

Desatendidos, assim, os requisitos do artigo 896 da CLT, não há como se viabilizar a análise do conhecimento do recurso de revista quanto ao referido tema.

Não conheço.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EX-EMPREGADOR EM RELAÇÃO AOS DEPENDENTES DO TRABALHADOR FALECIDO - INJUSTIFICADA RETENÇÃO DA CTPS - ATO ILÍCITO - DANO MORAL IN RE IPSA - INDENIZAÇÃO DEVIDA



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

CONHECIMENTO

A parte autora, viúva e filhos do *de cujus*, sustentam que a ausência da baixa da CTPS, assim como a sua injustificada retenção pelo ex-empregador, por mais de três anos após o óbito do empregado falecido, causou transtornos aos seus dependentes, que se viram impossibilitados de adquirir benefícios que lhe seriam devidos. Apontam violação dos artigos 5º, X, da Constituição Federal e 186 do Código Civil. Transcrevem arestos ao cotejo de teses.

O Tribunal Regional manteve a improcedência do pleito, sob os seguintes fundamentos:

“No presente caso, a recorrente não produziu prova no sentido de que o descumprimento da obrigação mencionada tenha lhe causado prejuízo extrapatrimonial.

Entendo que a retenção da CTPS, por si só, não implica em dano moral, mormente quando não há prova de intenção deliberada de gerar gravame dessa natureza.

Ademais, a responsabilização civil tem como pressupostos: **dano, nexa causal e culpa** e, ainda, a lesão à integridade moral precisa ser demonstrada, e não presumida.

Nessa perspectiva, o dano narrado na peça inicial não transcende a esfera meramente argumentativa e, assim, inviabilizada está a condenação nos termos postulados.

Nego provimento.” (fl. 519).

A responsabilidade civil do empregador pela reparação decorrente de danos morais decorrentes da relação de emprego pressupõe a existência de três requisitos, quais sejam: a conduta (culposa, em regra), o dano propriamente dito (violação aos atributos da personalidade) e o nexa causal entre esses dois elementos.

O primeiro é a ação ou omissão de alguém que produz resultados para os quais o sistema jurídico reconhece relevância. Representa, na lição de Sérgio Cavalieri Filho, “o comportamento humano voluntário que se exterioriza através de uma ação ou omissão, produzindo consequências jurídicas” (*Programa de responsabilidade civil*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 49). É o aspecto físico, objetivo, da conduta e a vontade de assim agir o elemento psicológico, subjetivo.

Firmado por assinatura digital em 20/02/2019 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

Alia-se à imputabilidade, definida pelo mencionado autor como “[...] o conjunto de condições pessoais que dão ao agente capacidade para poder responder pelas consequências de uma conduta contrária ao dever; imputável é aquele que podia e devia ter agido de outro modo” (obra citada, p. 50).

É certo que esse agir de modo consciente é ainda caracterizado por ser contrário ao Direito, daí falar-se que, em princípio, a responsabilidade exige a presença da conduta culposa do agente, o que significa ação inicialmente de forma ilícita e que se distancia dos padrões socialmente adequados (obra e autor citados, p. 53), muito embora possa haver o dever de ressarcimento dos danos, mesmo nos casos de conduta lícita.

No particular, porém, merece destaque o posicionamento adotado por Rodolfo Pamplona Filho e Pablo Stolze Gagliano que, apesar de reconhecerem, como regra geral, a presença da antijuridicidade como elemento que acompanha a conduta humana, ressaltam que nem sempre ambos se encontram atrelados:

“Sem ignorarmos que a antijuridicidade, como regra geral, acompanha a ação humana desencadeadora da responsabilidade, entendemos que a imposição do dever de indenizar poderá existir *mesmo quando o sujeito atua licitamente*. Em outras palavras: *poderá haver dever responsabilidade civil sem necessariamente haver antijuridicidade, ainda que excepcionalmente, por força de norma legal*” (Novo curso de direito civil – responsabilidade civil. V. III. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 36).

O segundo elemento é o dano que consiste na “[...] subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem, a liberdade etc. Em suma, dano é lesão de um bem jurídico, tanto patrimonial como moral, vindo daí a conhecida divisão do dano em patrimonial e moral” (obra e autor citados, p. 96).

Para o jurista português Antunes Varela, há que se distinguir o dano real do dano patrimonial, em face de peculiaridades que os caracterizam:



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

“é a perda *in natura* que o lesado sofreu, em consequência de certo facto, nos interesses (materiais, espirituais ou morais) que o direito violado ou a norma infringida visam tutelar. É a lesão causada no interesse juridicamente tutelado, que reveste as mais das vezes a forma de uma *destruição, subtracção ou deterioração* de certa coisa, material ou incorpórea. É a morte ou são os ferimentos causados à vítima; é a perda ou afecção do seu bom nome ou reputação; são os estragos causados no veículo, as fendas abertas no edifício pela explosão; a destruição ou apropriação de coisa alheia.

Ao lado do dano assim definido, há o *dano patrimonial* – que é o reflexo do dano real sobre a situação patrimonial do lesado. Trata-se, em princípio, de realidades diferentes, de grandezas distintas, embora estreitamente relacionadas entre si. Uma coisa é a morte da vítima, as fracturas, as lesões que ela sofreu (*dano real*); outra, as *despesas* com os médicos, com o internamento, com o funeral, os lucros que o sinistrado deixou de obter em virtude da doença ou da incapacidade, os prejuízos que a falta da vítima causou ao seus parentes (*dano patrimonial*).” (*Das obrigações em geral*. v. I. 10ª ed. Coimbra: Almedina, 2000. p. 598).

Portanto, caracterizada a lesão a bem jurídico integrante do patrimônio de outrem, material ou imaterial, haverá dano a ser indenizado.

Finalmente, o último elemento é o nexa causal, cuja compreensão não está afeta ao campo jurídico, em virtude de representar “o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado” (obra e autor citados, p. 71). É a relação imprescindível entre a consequência que se afirma existir e a causa que a provocou; é o encadeamento dos acontecimentos derivados da ação humana e os efeitos por ela gerados.

Caio Mário da Silva Pereira, com apoio em vasta doutrina, sintetiza:

“Assim, não basta que uma pessoa tenha contravindo a certas regras; é preciso que sem esta contravenção, o dano não ocorreria. [...] Não basta, [...] que um dano tenha coincidido com a existência de uma culpa ou de um risco para estabelecer uma responsabilidade. ‘Coincidência não implica em causalidade’ [...] Para que se concretize a reponsabilidade é indispensável que se estabeleça uma interligação entre a ofensa à norma e o prejuízo sofrido, de tal modo que se possa afirmar ter havido o dano ‘porque’ o agente procedeu contra direito”. (*Responsabilidade civil*. 9ª ed. Rio de Janeiro; Forense, 2002. p. 75).



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

No caso específico do dano moral, pode-se falar na lesão ao que se denomina “dignidade constitucional”, representada pelos atributos inerentes à pessoa humana que encontram proteção no art. 5º, X, da Constituição Federal, nele exemplificativamente enumerados.

Essa correlação foi identificada por Xisto Tiago de Medeiros Neto que, após percorrer doutrina civil-constitucional, assinala:

“o dano moral ou extrapatrimonial consiste na lesão injusta e relevante ocasionada a determinados interesses não materiais, sem equipolência econômica, porém concebidos pelo ordenamento como valores e bens jurídicos protegidos, integrantes do leque de projeção interna (como a intimidade, a liberdade, a privacidade, o bem-estar, o equilíbrio psíquico e a paz) ou *externa* (como o nome, a reputação e a consideração social) inerente à personalidade do ser humano, abrangendo todas as áreas de extensão e tutela de sua dignidade, podendo também alcançar os valores e bens extrapatrimoniais reconhecidos à pessoa jurídica ou a uma coletividade de pessoas” (*Dano moral coletivo*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2012. p. 64).

Na expressão de Rodolfo Pamplona Filho, em clássica obra sobre o tema, “[...] consiste no prejuízo ou lesão de interesses e bens, cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro. Em outras palavras, podemos afirmar que o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa, violando sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente” (*O dano moral na relação de emprego*. São Paulo: LTr, 1998. p. 37).

Não é outro o pensamento de Sérgio Cavalieri Filho, após ressaltar a necessidade de revisão do conceito e estrutura principiológica, a partir do advento da Constituição de 1988:

“À luz da Constituição, podemos conceituar *dano moral* por dois aspectos distintos. Em *sentido estrito*, dano moral é a *violação do direito à dignidade*. [...]

Nessa perspectiva, o dano moral não está necessariamente vinculado a alguma reação psíquica da vítima. Pode haver ofensa à dignidade da pessoa humana sem dor, vexame, sofrimento, assim como pode haver dor, vexame e sofrimento sem violação à dignidade. Dor, vexame, sofrimento e humilhação podem ser consequências, não causas.

[...]



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

Os direitos da personalidade, entretanto, englobam outros aspectos da pessoa humana que não estão diretamente vinculados à sua dignidade. Nessa categoria incluem-se também os chamados *novos direitos da personalidade*: a imagem, o bom nome, a reputação, sentimentos, relações afetivas, aspirações, hábitos, gostos, convicções políticas, religiosas, filosóficas, direitos autorais. Em suma, os direitos da personalidade podem ser realizados em diferentes dimensões e também podem ser violados em diferentes níveis. Resulta daí que o dano moral, em *sentido amplo*, envolve esses diversos graus de violação dos direitos da personalidade, abrange todas as ofensas à pessoa, considerada esta em suas dimensões individual e social, ainda que sua dignidade não seja arranhada.” (obra citada, p. 101-102).

Em síntese merecedora de destaque, afirma Maria Celina Bodin de Moraes, de forma categórica:

“Recentemente, afirmou-se que o ‘dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que violação do direito à dignidade’. Se não se está de acordo, todavia, com a criação de um ‘direito subjetivo à dignidade’, com foi sugerido, é efetivamente o princípio da dignidade humana, princípio fundante do nosso Estado Democrático de Direito, que institui e encima, como foi visto, a cláusula de tutela da personalidade humana, segundo a qual as situações jurídicas subjetivas não-patrimoniais merecem proteção especial no ordenamento nacional, seja através de prevenção, seja mediante reparação, a mais ampla possível, dos danos a elas causados. A reparação do dano moral transforma-se, então, na contrapartida do princípio da dignidade humana: é o reverso da medalha.” (Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 131-132).

Para a sua configuração, é necessário tão somente que sejam identificados os elementos que o caracterizam; não se há de exigir a prova da dor e do sofrimento suportados pela vítima.

Em consagrada expressão da doutrina, afirma-se ser *in re ipsa* ou, em outras palavras, o direito à reparação se origina da própria ação violadora, cuja demonstração há de ser feita; o dano mostra-se presente a partir da constatação da conduta que atinge os direitos da personalidade.

Mais uma vez, recorro à doutrina de Sérgio Cavalieri Filho, na obra já mencionada (p. 108):



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

“Neste ponto a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito à própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe *in re ipsa*; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, *ipso facto* está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção *hominis* ou *facti*, que decorre das regras de experiência comum.” (obra citada, p. 108).

No caso, o quadro fático que se extrai dos autos revela que a CTPS do empregado falecido foi retida pelo réu por prazo bem superior ao previsto em lei, visto que, não obstante o óbito ocorrido em 18/05/2011 (fl. 53), o documento ainda não havia sido entregue aos seus legítimos herdeiros ao tempo em que ajuizada a presente ação, e, mesmo à data em que proferida a sentença, publicada em 06/11/2014 (fl. 486), ainda não havia sido cumprida a antecipação de tutela, que determinou sua restituição.

Nos termos do artigo 13 da CLT, a Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.

Mas não só para isso, na medida em que esse documento também se faz necessário para que os dependentes possam fazer prova junto aos órgãos competentes, em virtude de eventual falecimento do trabalhado, como no presente caso.

De todo modo, é certo que o artigo 29 da CLT estabelece prazo máximo de quarenta e oito horas para o empregador fazer os registros pertinentes à data de admissão, à remuneração e às condições especiais, se houver, sendo que, extrapolado esse, haverá incidência da multa, na forma do artigo 53 do mesmo diploma de lei.

Conforme se depreende dos aludidos preceitos, a anotação da CTPS e, por conseguinte, sua devolução no prazo legal compreende obrigação do empregador, razão pela qual sua retenção por tempo superior ao estabelecido em lei configura ato ilícito.

Com efeito, ainda que ausente comprovação de que a retenção da CTPS tenha ocasionado prejuízos de cunho material à parte



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

autora, dependentes do empregado falecido, torna-se evidente a natureza ilícita da conduta, bem como o dano dela decorrente.

Isso porque, trata-se de documento que pertencia ao ex-empregado, no qual se encontra registrado todo o seu histórico laboral e indispensável para a obtenção de direitos daí decorrentes.

Em se tratando de documento público obrigatório, capaz de comprovar direitos do trabalhador e de seus dependentes, a garantia assegurada por lei quanto à obrigação de o empregador observar o prazo estabelecido também em lei para a sua devolução não se restringe à esfera personalíssima do ex-empregado, mas alcança, em caso de falecimento, os seus legítimos herdeiros, haja vista que muitos dos créditos a esses devidos ficam condicionados à comprovação de registros constantes do referido documento.

Com efeito, constitui direito do obreiro, em vida, e também de seus familiares, na hipótese de óbito daquele, não apenas a anotação escoreita da relação de emprego pelo ex-empregador, mas igualmente sua devolução no prazo legal, como prerrogativa de legítima utilização de documento público para os fins a que se destina, dentre esses, a comprovação do rompimento do vínculo empregatício e da renda para obtenção de créditos também dirigidos a seus dependentes, inclusive aqueles de natureza previdenciária, ou relativos a resgates de FGTS.

Ademais, o artigo 5º, X, da Constituição Federal confere aos indivíduos a inviolabilidade da intimidade, vida privada, a honra e a imagem das pessoas, o que abarca o porte dos documentos públicos de interesse do particular, dentre eles a CTPS.

Nesse sentido, recente julgado da SBDI-1 desta Corte:

“EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL. RETENÇÃO INDEVIDA DA CTPS POR PRAZO SUPERIOR AO LEGAL. DANO *IN RE IPSA*. Depreende-se do acórdão regional que a reclamada reteve indevidamente a CTPS do reclamante por prazo superior ao legal. A retenção indevida da CTPS por prazo superior ao legal acarreta, por si só, lesão a direitos da personalidade e, conseqüentemente, o direito a reparação por dano moral. Neste caso, não necessita o empregado demonstrar o constrangimento ou prejuízo sofridos, pois presumidos em face do impedimento de apresentar o documento em eventual entrevista de emprego, nos termos do art. 13 da CLT, que dispõe tratar-se de documento



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

obrigatório para o exercício de qualquer emprego, ou para verificar situação de benefícios previdenciários. Embargos de que se conhece e a que se dá provimento.” (E-RR-189-15.2012.5.05.0641, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 06/10/2017).

No mesmo sentido, os seguintes julgados de Turmas desta Corte:

“[...] DANOS MORAIS. RETENÇÃO DA CTPS. ABUSO DE PODER. CONFIGURAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. DANO IN RE IPSA. 1. A indenização deferida na origem decorreu do fato de a empresa ter mantido em sua posse, por tempo indevido, a CTPS do reclamante e não em razão da não obtenção de novo emprego, como argumentou a reclamada. 2. De acordo com a doutrina e a jurisprudência, o dano moral é um dano in re ipsa, que prescinde de comprovação, bastando a demonstração do ato ilícito e do nexo causal, os quais restaram evidenciados na hipótese, notadamente no trecho do acórdão segundo o qual a testemunha atestou que a CTPS já estava com a empresa dois meses antes do fim do contrato. Inviolados os artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC/73. Aplicação da Súmula 296/TST. Recurso de revista não conhecido, no tema. [...]” (RR-7800-62.2009.5.04.0411, Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2016);

“[...]. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RETENÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO PELA EX-EMPREGADORA. DEVOLUÇÃO APÓS O PRAZO LEGAL. A CTPS é o documento apto para o registro do contrato de emprego e da identificação e qualificação civil, o qual reflete toda a vida profissional do trabalhador, sendo obrigatório para o exercício de qualquer profissão. Nos termos dos artigos 29, caput, e 53 da CLT, o registro de admissão e demais anotações na CTPS do empregado, no prazo de 48 horas, é obrigação legal imposta ao empregador. A mora na devolução do mencionado documento pelo antigo empregador, que o reteve para anotar a extinção do contrato de trabalho com o trabalhador, excede os limites do razoável e configura ato ilícito, haja vista que a falta de apresentação de CTPS sujeita o trabalhador a uma previsível discriminação no mercado de trabalho, fato capaz de caracterizar graves consequências de ordem social e econômica, além de ofensa à sua dignidade, o que, por si só, já é suficiente para acarretar dano moral. Conclui-se, portanto, que a reclamada teve conduta contrária ao disposto no artigo 29, caput, da CLT e ofensiva à intimidade, honra e imagem do reclamante, nos termos do artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, pelo que é devida a indenização por dano moral prevista no artigo 927 do Código Civil. Agravo de instrumento desprovido.”



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

(AIRR-161800-26.2008.5.15.0095, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DEJT 11/11/2016);

“[...]. 3. RETENÇÃO DA CTPS. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO PELA SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO. 3.1. O dano moral se configura pela mudança do estado psíquico do ofendido, submetido pelo agressor a desconforto superior àqueles que lhe infligem as condições normais de sua vida. 3.2. O patrimônio moral está garantido pela Constituição Federal, quando firma a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, estendendo sua proteção à vida, liberdade, igualdade, intimidade, honra e imagem, ao mesmo tempo em que condena tratamentos degradantes e garante a reparação por dano (arts. 1º, III, e 5º, ‘caput’ e incisos III, V, e X). 3.3. Incumbe à empresa devolver ao trabalhador, no prazo de 48 horas, a CTPS recebida para anotação (CLT, arts. 29 e 53). 3.4. A retenção ilegal da CTPS impede o trabalhador, então desempregado, de buscar nova colocação no mercado de trabalho, criando estado de permanente apreensão, que, por óbvio, compromete sua vida profissional. 3.5. Tal estado de angústia está configurado sempre que se verifica a retenção ilegal de documento de devolução obrigatória – ‘*damnum in re ipsa*’. 3.6. Ao contrário do dano material, que exige prova concreta do prejuízo sofrido pela vítima a ensejar o pagamento de danos emergentes e de lucros cessantes, nos termos do art. 402 do Código Civil, desnecessária a prova do prejuízo moral, pois presumido da violação da personalidade do ofendido, autorizando que o juiz arbitre valor para compensá-lo financeiramente. 3.7. O simples fato de o ordenamento jurídico prever consequências jurídicas ao ato faltoso do empregador, no caso, a aplicação de multa igual à metade do salário mínimo regional, nos termos do art. 53 da CLT, não prejudica a pretensão de indenização por dano moral, consideradas as facetas diversas das lesões e o princípio constitucional do solidarismo. 3.8. Na hipótese dos autos restou incontroversa a retenção da CTPS do autor por período superior ao previsto no art. 29 da CLT. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.” (AIRR-1464-67.2013.5.15.0129, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, DEJT 19/12/2016);

“RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. CTPS. RETENÇÃO 1. A retenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social pelo empregador, por período superior ao fixado no art. 29 da CLT, constitui ato ilícito que caracteriza lesão moral, mormente se, mesmo com a realização da audiência de instrução, não há a devolução da CTPS ao empregado. Trata-se de abuso de direito e de ultraje à dignidade do empregado, privado de documento essencial para a vida profissional, com os inevitáveis dissabores e desgastes daí advindos. Precedentes. 2. Recurso de revista da Reclamada de que não se



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

conhece.” (RR-10612-11.2014.5.03.0062, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 04/11/2016);

“[...]. DANO MORAL. RETENÇÃO DA CTPS. De acordo com a jurisprudência pacífica, o que se exige é a prova dos fatos que ensejam o pedido de indenização por danos morais (art. 818 da CLT e 333, I, do CPC), e não a prova dos danos imateriais, esta, de resto, impossível. Portanto, o dano moral verifica-se *in re ipsa* (a coisa fala por si). No caso dos autos, a CTPS sequer foi devolvida ao reclamante. O artigo 29 da CLT estabelece que o empregador é obrigado a devolver ao empregado a sua carteira de trabalho em até 48 horas após a contratação, com as devidas anotações. Nesse mesmo sentido o artigo 53 da CLT, que estabelece também a aplicação de multa pelo Ministério do Trabalho em casos de retenção da CTPS do ex-funcionário. Assim, a retenção da carteira de trabalho pelo empregador fora do prazo estabelecido constitui ato ilícito, porque o referido documento é indispensável ao trabalhador para viabilizar a sua recolocação profissional. A conduta adotada pela demandada de reter a CTPS do empregado por prazo superior ao previsto em lei extrapolou os limites de seu direito, e ofende o princípio da boa-fé objetiva, o de que é devida reparação ao seu ex-empregado, nos termos dos artigos 5º, V e X, da Constituição Federal e 187 do Código Civil. Julgados do TST. Recurso de revista que não se conhece. [...]” (RR-670-62.2012.5.03.0146, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 07/10/2016);

“RECURSO DE REVISTA - PROCESSO SOB A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/14, DO CPC/15 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RETENÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO PELO EX-EMPREGADOR - DEVOLUÇÃO APÓS PRAZO LEGAL. A carteira profissional, antes de ser instrumento de prova do contrato de trabalho, serve, igualmente, como um espelho da conduta do empregado, moldando-se como verdadeiro mecanismo de identificação de vida do trabalhador, refletindo toda a vida profissional do empregado. Com efeito, o trabalho, muito mais do que instrumento de promoção das condições financeiras necessárias à sobrevivência, representa para o indivíduo um papel central na estruturação da sua identidade pessoal, sendo um meio de autorrealização, de inclusão social e de reconhecimento individual e coletivo do cidadão na sociedade. Nesse contexto, a conduta da reclamada, que reteve de forma injustificada a CTPS do reclamante, configura conduta ilícita, viola os arts. 186 e 927 do Código Civil e restringe o direito constitucional do empregado ao trabalho, nos termos do art. 5º, XIII, da Constituição Federal, acarretando dano à esfera extrapatrimonial do trabalhador, além de configurar ofensa ao princípio da boa-fé objetiva, disposto no art. 422 do Código Civil. Ressalte-se que, independentemente da prova de que o autor tenha sofrido prejuízo de ordem material, a devolução da CTPS no prazo previsto no art. 29 da CLT consiste



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

em obrigação do empregador, pois o referido documento expressa toda a vida laboral do trabalhador, sem o qual se encontra impossibilitado do exercício de atividade profissional subordinada e autônoma, fato suficiente para gerar dano moral, em virtude da apreensão sofrida e por não se encontrar na posse do documento, pelo que deve ser mantida a indenização por danos morais prevista nos arts. 5º, X, da Constituição Federal e 927 do Código Civil. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. [...]” (RR-58-65.2016.5.12.0007, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 7ª Turma, DEJT 15/09/2017);

“[...]. 2. DANOS MORAIS. RETENÇÃO DA CARTEIRA PROFISSIONAL DA EMPREGADA. Esta Corte tem se pronunciado no sentido de que o extravio ou a retenção da CTPS por tempo superior ao que a lei determina é ato ilícito apto a ensejar dano moral. No caso vertente, a carteira profissional da empregada (carteira marítima) é tão essencial quanto a carteira de trabalho para fins de futura contratação. Ilesos os dispositivos apontados. [...]” (AIRR-1454-95.2014.5.12.0056, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 07/10/2016).

Especificamente em relação ao reconhecimento de direito dos familiares à reparação por danos morais resultante da indevida retenção de CTPS de ex-empregado, falecido ou impossibilitado de reavê-la por si só, cita-se, ainda, o seguinte precedente deste Tribunal:

“I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL E MATERIAL. RETENÇÃO DA CTPS. EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. Mostra-se prudente o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista, ante a demonstração de divergência jurisprudencial pela parte agravante. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL E MATERIAL. RETENÇÃO DA CTPS. EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. O Regional consignou que houve demora na entrega da CTPS do funcionário desaparecido aos seus familiares. O artigo 29 da CLT estabelece que o empregador seja obrigado a devolver ao empregado a sua Carteira de Trabalho em até 48 horas após a contratação, com as devidas anotações. Assim, a retenção da carteira do trabalhador pelo empregador além do prazo estabelecido constitui ato ilícito configurador do direito à indenização por danos morais. Precedentes. Conhecido e provido. (RR - 98400-51.2009.5.08.0013 , Relator Ministro: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 15/08/2012, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/08/2012).



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

Evidenciado o dano, assim como a conduta ilícita do empregador e o nexó causal entre ambos, deve ser reconhecido o direito à indenização pleiteada, nos termos dos artigos 186 do Código Civil.

Pelo exposto, conheço do recurso de revista por violação do artigo 186 do Código Civil.

MÉRITO

Como consequência lógica do conhecimento do apelo, por afronta ao artigo 186 do Código Civil, dou-lhe provimento parcial para julgar procedente o pedido de indenização por danos morais em razão da retenção da CTPS do *de cujus*.

Quanto ao valor a ser arbitrado, na lição de Caio Mário da Silva Pereira, o magistrado leva em conta que "a vítima deve receber uma soma que lhe compense a dor ou o sofrimento, a ser arbitrada pelo juiz, atendendo às circunstâncias de cada caso, e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido. Não tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva". (*Responsabilidade Civil*. 9ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense).

Aguiar Dias assinala que não se deve construir a ideia de que a indenização por dano moral não possui limites. Na sua opinião, deve-se buscar um "equivalente adequado" e destaca que a "reparação será, sempre, sem nenhuma dúvida, inferior ao prejuízo experimentado". (*Da Responsabilidade Civil*. 9. ed. V. II. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 740).

No caso em tela, o provimento do apelo se impõe para, com base nos parâmetros estabelecidos e levando em consideração que a ofensa à vida privada e à intimidade dos dependentes do *de cujus* (viúva e filhos), em razão da retenção indevida da CTPS do trabalhador falecido, seja deferida a indenização reparatória.

Para a fixação do *quantum* indenizatório, há que se considerar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, observada a ausência, no caso, de prova de **prejuízo concreto** sofrido pelas vítimas.

Não obstante, há também que se ponderar a circunstância de que a indevida retenção do documento pelo empregador **perdurou por mais de três anos após o óbito do empregado**, o qual não



PROCESSO N° TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

promoveu sua devolução **nem mesmo após a concessão de tutela judicial específica**, proferida nestes autos.

Nesse contexto, arbitro o valor total de **R\$ 20.000,00** (vinte e mil reais) a título de indenização por danos morais, a fim de propiciar às vítimas condições mínimas de compensar o dano causado.

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - AÇÃO AJUIZADA PELOS
HERDEIROS DO EMPREGADO FALECIDO - DIREITO SUBJETIVO PRÓPRIO**

CONHECIMENTO

A parte autora sustenta, em síntese, ser devida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, em observância ao princípio da reparação integral e a sucumbência do réu. Diz inaplicável o óbice das Súmulas nos 219 e 329 do TST, porquanto ausente relação de emprego entre a parte autora (viúva e filhos do empregado falecido) e o ex-empregador do *de cujus*. Invoca o artigo 389 do Código Civil. Transcreve arestos ao cotejo de teses.

Discute-se, no caso, o cabimento da condenação ao pagamento de honorários advocatícios, à luz do artigo 389 do Código Civil. Desde a petição inicial, a parte autora invoca a disciplina desse dispositivo, afirmando que:

“Os honorários advocatícios são devidos pelo princípio da sucumbência, a teor dos artigos 133 da CF, art. 20 do CPC, art. 389 e 404 do CCB e 23 do Estatuto da OAB, eis que não se demonstra justo que o hipossuficiente arque com tal ônus quando vencedor, total ou parcialmente, na ação.” (fl. 59).

O Tribunal Regional refutou a pretensão sob os seguintes fundamentos:

“Por conseguinte, o deferimento da verba honorária nesta Justiça Especializada está condicionado ao preenchimento dos requisitos, objetivos previstos nas Leis n°s 1.060/50, 5.584/70, 7.115/83 e 7.510/86, além das Súmulas n°s 219 e 329 do TST.



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

Tal entendimento não sofre qualquer alteração ante o disposto no art. 389 do novo Código Civil, inaplicável ao processo trabalhista.

Com efeito, a demandante ingressou com a ação mediante assistência jurídica profissional por sua própria opção, sendo a representação de mera faculdade e, dessa forma, não ensejando a indenização postulada.

Inexistente a credencial sindical, resultam não observados os requisitos legais para a concessão da verba em epígrafe, razão pela qual não merece prosperar o recurso da recorrente neste aspecto.

Nego provimento.” (fls. 520/521).

Cinge-se a controvérsia a definir se os herdeiros do empregado falecido em acidente do trabalho, ao ajuizar a ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes da morte do obreiro, devem ou não comprovar os requisitos da Lei nº 5.584/70, reproduzidos na Súmula nº 219, I, desta Corte superior, para fins de concessão dos honorários advocatícios.

Os artigos 14 e 16 da Lei nº 5.584/70, ao regulamentar a concessão dos honorários advocatícios, abrangem apenas as hipóteses em que o empregado for parte na demanda:

"Art. 14. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador.

§ 1º A assistência é devida a todo aquele que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ficando assegurado igual benefício ao trabalhador de maior salário, uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

§ 2º A situação econômica do trabalhador será comprovada em atestado fornecido pela autoridade local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante diligência sumária, que não poderá exceder de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Não havendo no local a autoridade referida no parágrafo anterior, o atestado deverá ser expedido pelo Delegado de Polícia da circunscrição onde resida o empregado.

[...]

Art. 16. Os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente."

Tal regramento, portanto, não se aplica à hipótese em que a ação é ajuizada pelos herdeiros do empregado falecido, mormente



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

quando postulam direito subjetivo próprio - a exemplo de indenização por danos morais em face da retenção indevida de documento público indispensável à comprovação de direitos previdenciários ou decorrentes de resgates do FGTS.

No caso dos autos, a viúva do empregado falecido e seus filhos, postulam, nessa condição, direitos que não se encontram ao abrigo da proteção e da assistência sindical.

Com a ampliação da Justiça do Trabalho, estabelecida por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, esta Corte Superior editou regras procedimentais quanto à concessão dos honorários advocatícios nas causas que não decorrem da relação de emprego, por meio da Instrução Normativa nº 27, cujo artigo 5º assim dispõe:

"Art. 5º Exceto nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência".

Referido entendimento incorporou-se à Súmula nº 219, com a edição do item III, em sua parte final, de seguinte teor:

"III - São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego."

Verifica-se, portanto, que no presente caso, os honorários advocatícios, são devidos em razão da mera sucumbência.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados da SBDI-1 desta Corte Superior:

"[...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO AJUIZADA PELOS HERDEIROS DO EMPREGADO FALECIDO. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que no caso de ação indenizatória proposta pelos herdeiros do empregado falecido em acidente de trabalho é dispensado o cumprimento dos rigores da Súmula 219/TST, tendo em vista que nesse caso não há como se exigir o requisito da sindicalização do demandante. Precedentes. Incidência do art. 894, § 2º, da CLT. Recurso de embargos não conhecido." (AgR-E-ED-RR - 128800-42.2003.5.17.0002 , Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann,



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

Data de Julgamento: 08/09/2016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 16/09/2016);

"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 11.496/2007. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA PELOS HERDEIROS DO EMPREGADO FALECIDO. DIREITO SUBJETIVO PRÓPRIO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS PELA MORTE DO EMPREGADO. Considerando que a assistência sindical é destinada apenas aos empregados integrantes da categoria profissional correspondente, tem-se que a exigência contida na Lei nº 5.584/70 e na Súmula nº 219 desta Corte superior não é oponível a seus sucessores nos casos em que buscam a satisfação de direito subjetivo próprio, decorrente do dano moral pela perda do ente querido, vítima de acidente do trabalho. Em tais casos, a condenação do reclamado em honorários advocatícios decorre da mera sucumbência, pois os herdeiros não se encontram sob o abrigo e proteção da assistência sindical. Aplicável à hipótese a parte final do item III da Súmula nº 219 desta Corte superior. Precedentes da SBDI-I. Recurso de embargos a que se nega provimento" (E-ED-RR - 487700-26.2006.5.07.0031 Data de Julgamento: 11/12/2014, Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 19/12/2014";

"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUTORES DEPENDENTES DO EMPREGADO FALECIDO. ACIDENTE DO TRABALHO. NÃO PROVIMENTO. 1. Esta colenda Corte Superior pacificou entendimento de que são devidos os honorários advocatícios nas lides que não derivem da relação de emprego pela mera sucumbência. Inteligência da Súmula nº 219, III, e do artigo 5º da Instrução Normativa nº 27/2005. 2. A presente demanda foi ajuizada pelos dependentes do empregado falecido visando a compensação de danos morais decorrentes de acidente do trabalho que culminou com a morte deste. 3. Logo, não há falar na exigência dos requisitos da Lei nº 5.584/70, uma vez que não se trata de demanda envolvendo direitos do empregado, bastando a sucumbência para o deferimento dos honorários advocatícios. 4. Recurso de embargos de que se conhece, no particular, e a que se nega provimento". (E-RR - 167600-42.2005.5.17.0141 Data de Julgamento: 27/11/2014, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 05/12/2014);

"EMBARGOS. AÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA PELA SUCESSÃO DO DE CUJUS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXCLUÍDOS PELA V. DECISÃO EMBARGADA. IMPOSSIBILIDADE DE ASSISTÊNCIA SINDICAL. SUCUMBÊNCIA. Ainda que ajuizada a ação trabalhista em período posterior à vigência da EC 45/2004, quando não há mais controvérsia sobre a competência desta Justiça



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

do Trabalho para dirimir o pedido, originário de acidente de trabalho e a indenização buscada pela sucessão do empregado, os honorários advocatícios são devidos, por mera sucumbência. Não é possível que os sucessores do *de cujus*, esposa e filha, sejam assistidos pelo Sindicato quando a pretensão deduzida em juízo não diz respeito aos direitos que envolvem o empregado, mas sim direito próprio, indenização por dano moral em face do falecimento do esposo e pai. Embargos conhecidos e providos". (E-RR - 298-86.2010.5.04.0201 Data de Julgamento: 14/11/2013, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 22/11/2013);

"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA AJUIZADA PELOS PAIS DO TRABALHADOR FALECIDO. Esta Subseção Especializada, no julgamento do processo E-ED-RR-9955100-27.2006.5.09.0015, Rel. Min. João Batista Brito Pereira, na sessão do dia 20/6/2013, concluiu que diante da diretiva do art. 5º da Instrução Normativa nº 27/2005, se a ação for ajuizada pelo espólio de empregado falecido, o deferimento dos honorários advocatícios independe do preenchimento dos requisitos elencados na Lei nº 5.584/70, mormente porque os pais do trabalhador não estão filiados ao sindicato. Recurso de embargos não conhecido". (E-ED-RR - 12800-13.2009.5.07.0006 Data de Julgamento: 08/08/2013, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 16/08/2013).

Conheço do recurso de revista por má-aplicação da Súmula nº 219 do TST.

MÉRITO

Como consequência lógica do conhecimento do apelo, por má aplicação da Súmula nº 219 do TST, dou-lhe provimento para condenar o reclamado ao pagamento de honorários advocatícios, calculado no importe de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso de revista,



PROCESSO Nº TST-RR-2105-65.2011.5.12.0046

apenas quanto aos temas “responsabilidade civil do empregador – retenção indevida da CTPS do empregado falecido – indenização por dano moral” e “honorários advocatícios”, respectivamente, por violação do artigo 186 do Código Civil e má aplicação da Súmula nº 219 do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para deferir à parte autora **indenização por danos morais**, no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte e mil reais), como reparação pela injustificada retenção da CTPS do *de cujus* pelo empregador, acrescida de correção monetária e juros de mora, nos termos da lei e da Súmula nº 439 do TST. Ante a natureza da parcela deferida, não se de falar em descontos fiscais e previdenciários. Deferidos, ainda, os **honorários advocatícios**, calculados no importe de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

CLÁUDIO BRANDÃO
Ministro Relator